

Problema:

A suscetibilidade da integridade de dados digitalizados no cenário institucional tem levado a reflexão sobre os novos espaços orientados por políticas públicas direcionadas à preservação da memória.

Objetivo:

Apresentar apontamentos sobre o envolvimento de atores institucionais em políticas de preservação digital, considerando:

- ✓ Demandas sociais e tecnológicas relacionadas à memória institucional; e
- ✓ Contribuições do IBICT tocantes à construção de uma política particular de preservação.

Pressupostos:

Elaboração da memória institucional

A memória auxilia a instituição na qualificação de práticas e na construção de determinada imagem frente à sociedade (Rueda; Freitas; Valls, 2011).

Reflexões para a produção da memória institucional:

- Relação entre lembrança e esquecimento;
- Qualidade da informação/documento;
- Missão institucional/estratégias identitárias;
- Meios de disseminação, acesso e preservação.

Preservação da memória institucional

É relevante que seja estabelecida uma política de preservação da memória institucional, havendo a garantia de:

- ✓ Ações coordenadas entre instituições no sentido de definir diretrizes teóricas da memória e da preservação digital;
- ✓ Critérios claros para a constituição daquilo que se pretende preservar;
- ✓ Infraestruturas tecnológicas para que as instituições possam empenhar-se na guarda, distribuição e preservação de sua informação com vistas à sua posterior recuperação, acesso e uso.

Apontamentos:

Variáveis à preservação:

- ✓ Falsa impressão de perenidade quanto à disponibilidade e ao acesso dos conteúdos digitais.
- ✓ Imposição do esquecimento a determinados acontecimentos e grupos sociais.
- ✓ Improbabilidade de que a memória institucional permaneça imune a disputas e jogos de interesses.
- ✓ A memória pode subjugar-se às oscilações políticas conjunturais.

Contribuições do IBICT:

O IBICT vem assumindo protagonismo para a definição de políticas direcionadas à preservação da memória ao atuar com a promoção da preservação digital.

O Instituto tem fomentado:

- ✓ Meios dialógicos de participação institucional mediante uma rede colaborativa e distributiva de insumos e serviços visando à preservação de memórias institucionais;
- ✓ Transferência de tecnologias às instituições nacionais participantes da rede, contando com o pressuposto da interoperabilidade de formatos eletrônicos e da segurança da preservação distribuída e descentralizada.

Referências

CANAU, J. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A Sociedade do Conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? *Ci. Inf.*, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *Datagramazero*, v. 12, p. 01, 2011.

GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, v. 3, n. 3, p.27-46, 2012.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et.al.]. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.; LEITE, F. C. L. Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. *Bibliós*, v. 35, p. 1-9, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, dez. 1993, p.7-28.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão da literatura. *Revista CRB-8 Digital*, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011.

